

CAPITALISMO E POBREZA NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO SOCIAL

Pe. Dr. José Benedito Simão

A América Latina como um todo é uma reserva de riqueza carente de autonomia e, tal problemática, tende a agravar-se sempre mais, devido aos desdobramentos da política econômica de cunho neo-liberal que submete e extorque todo o contexto em questão. As propriedades latifundiárias improdutivas principalmente as das empresas transnacionais são diversas e as maiores, por outro lado, uma grande quantidade de pessoas não possuem terras, o mínimo que seja para a subsistência de sua família. Hoje, a América Latina produz de tudo, crescem as exportações, porém o povo não tem acesso à produção, sendo condicionado ao empobrecimento e à marginalização. É realmente um espaço de

contradição. As estatísticas econômicas têm demonstrado que os bancos e as grandes empresas multinacionais no país, os grandes pecuaristas, nunca enriqueceram tanto como nos últimos tempos, ao passo que os países se endividam sempre mais com os seus credores estrangeiros, com o Banco Mundial e com Fundo Monetário Internacional¹. A dívida externa se torna tão intolerável que não se consegue se não pagar os juros aos credores internacionais, o que ultimamente, em geral, nem isto os países têm conseguido. Os juros da dívida quando pagos recaem sobre o povo que, por sua vez, tem o seu salário sempre sofrendo perdas, seja em relação à inflação constantemente descontrolada² ou seja em

1. Cf. Doc. Puebla, nn. 27, 316, 330, 1250, 1261, 1264, 1281, 1292; Doc. Santo Domingo, nn. 179, 199; Octavio IANNI. *Imperialismo na América Latina*, 2ª edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1988, pp. 211-215.

2. Cf. O. IANNI, *Imperialismo...*, p. 219; CNBB. *Igreja: comunhão e missão na evangelização dos povos, no mundo do trabalho, da política e da cultura*, documento (40), 5ª edição, São Paulo, Paulinas, 1988, n. 146; Doc. S. Domingo, n. 196.

relação às medidas econômicas dos governos que tentam controlá-la; o povo não possui garantia de emprego, é o que mais sofre com a recessão e o que mais teme o desemprego. Com a falta de uma educação política mais eficaz, o povo é vítima de fortes fatores que impedem a sua mobilização com o objetivo de lutar e exigir maior atenção aos seus direitos³. As empresas estatais constantemente se encontram em déficit, constantemente socorridas pelos cofres públicos ou diretamente pelo próprio povo que normalmente é obrigado a pagar impostos ou aumentos sobressalentes aplicados aos produtos e serviços das empresas do governo. Na América Latina, os governos, assim como os demais empresários, são os maiores especuladores da inflação⁴.

Contudo, trata-se de um continente que tem por base princípios cristãos, por isso a Igreja das Conferências Episcopais Latino-americanas assume o tema da pobreza como um dos pontos-chaves sobre o qual reflete e expressa o seu parecer, é concebida como a Igreja dos pobres,

que se lança ao desafio de anunciar a palavra de Deus a partir da vida real dos empobrecidos, propondo a continuar a caminhada da 2ª Conferência realizada em Medellín no ano de 1968⁵. De acordo com o que se pode considerar como eixo condutor de Medellín, Puebla e Santo Domingo há uma tomada de consciência quanto “à necessidade de conversão de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres, no intuito de sua integral libertação”⁶.

As Conferências, ao se posicionarem em favor do humano, não deixam de optar preferencialmente em favor dos pobres, a exemplo de Jesus Cristo que veio para salvar a todos, mas que sempre assumiu os pobres como uma categoria amada que precisava de maior atenção⁷. As Conferências procuram encarar a questão da pobreza não só em uma dimensão, mas explicita sua opção fundamental em favor daqueles que sobrevivem miseravelmente por serem vítimas de uma pobreza injusta e desnecessária. A Igreja, ao fazer a “opção preferencial pelos pobres”, encontrou e certamente ainda encon-

tra muitas resistências. Na fase preparatória de Puebla houve tentativas de procurar limitar a força da opção em relação aos pobres, no sentido de desviar o seu compromisso profético. A questão sobre quem é o “pobre”, até hoje ainda é um assunto polêmico. A categoria inserida no corpo teológico sofre a carência de melhores conceituações que a torne mais objetiva. Por sua vez, as Conferências Episcopais procuram mostrar claramente o rosto do pobre como pessoa concreta, real, de fato, ao mesmo tempo em que procuram também atenuar tal tensão considerando a diversidade de ser e de se sentir pobre, demonstrando assim, incabível qualquer pretensão em acusá-las de terem feito uma opção reducionista. A posição das Conferências é magistralmente legítima, sendo uma forte razão para a qual deve-se canalizar todos os esforços de uma prática eclesial no intuito de se promover a superação entre o bem estar

excessivo de uma minoria em decorrência da miséria degradante da maioria da população latino-americana e caribenha. É edificante, do ponto de vista cristão, aqueles que se convertem à pobreza, que não são pobres como condição social, mas que assim o fazem como opção evangélica, buscando na pobreza o testemunho cristão gratificante, a base da vivência de uma espiritualidade encarnada que conduz a uma prática solidária e libertadora em benefício do povo realmente empobrecido⁸.

A Igreja no processo de formação social do continente sul, de uma forma ou de outra, sempre fez opção pelo pobre em geral. Contudo, a realidade exige que esta sua opção seja dirigida com maior atenção àqueles que são e assim vão se tornando como efeito de uma causa sócio-econômica específica. A opção preferencial da igreja é movida por um grande senso de solidariedade, é movida pela força do amor cristão, que a motiva a lançar-se numa prática cristã louvável⁹.

3. Cf. PCJP. A serviço da comunidade humana: uma consideração ética da dívida internacional, São Paulo, Paulinas, 1987, p. 4.

4. Cf. Doc. Puebla, n. 430; O. IANNI, *Imperialismo...*, op. cit., pp. 222, 224.

5. Cf. Doc. Puebla, nn. 25, 85, 142-143, 480, 733, 769, Discurso inaugural p. 17; Doc. S. Domingo, nn. 178, 296, 297, 302.

6. Doc. Puebla, n. 1134; Doc. S. Domingo, nn. 180-181.

7. Cf. Lc 6, 20-23.

8. Cf. Gustavo GUTIÉRREZ, *Pobres e libertação em Puebla*, Ed. S. Paulo, Paulinas, 1980, pp. 5-8; Doc. Puebla, nn. 1148-1152; S. Domingo, n. 85.

9. Cf. Doc. Puebla, nn. 382, 1154, 1135; Doc. S. Domingo, nn. 32, 159; Para Duquoc, alguns críticos europeus vêem o termo “pobre” um tanto ambíguo, impreciso como vocabulário. Isto sucede devido à inerência do termo, à multiplicidade das causas de pobreza. As experiências das causas são diversas: Cf. Christian DUQUOC. *Liberazione e progressismo, un dialogo teologico tra l'America Latina e l'Europa*, titolo originale: *Liberation et Progressisme*, traduzione de Germano Geratto, Cittadella Editrice, Assisi, 1989, pp. 26-28.

1. A REALIDADE DE ANTI-DESENVOLVIMENTO

Para Costa Pinto, o desenvolvimento como variante histórica de transição social, importa mudanças sociais provocadas, transformações interiormente promovidas e introduzidas em todas as diferentes esferas e setores das sociedades nacionais que não conseguiram acompanhar, pós revolução industrial, o ritmo de deslanchamento da sociedade internacional. "Desenvolvimento" não significa simplesmente "crescimento"¹⁰, "modernização"¹¹, mas sim processos gerais de mudanças qualitativas provocadas intencionalmente na sociedade como um todo. Portanto, o desenvolvimento não pode ser avaliado pelo aumento físico da quantidade de bens produzidos ou

pela renovação da qualidade dos padrões tecnológicos de produção, pois isto seria o mesmo que considerar "desenvolvimento econômico" como um "desenvolvimento total", reduzindo conseqüentemente o significado do termo. Na América Latina, expansão e modernidade capitalistas não significam superação do atraso histórico e extinção da condição de miséria e da exploração do povo¹².

Desenvolvimento é o processo que implica nas transformações estruturais, "interdependentes e inter-relacionadas" que devem abranger todos os aspectos sociais responsáveis pela organização de uma sociedade, de forma que todo o perfil da estrutura desta organização venha a sofrer alteração qualitativa a partir de sua base¹³.

10. Costa PINTO, *Desenvolvimento econômico e transição social*, 3ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 36. "... quando ascendem os índices de produção, tudo mais permanecendo igual, ou quase. Dir-se-á, então, que a economia cresce mas a sociedade, basicamente, não muda".

11. A modernização é o processo de transição histórica resultado de fatores espontâneos no decorrer de um determinado período na sociedade "que consiste sobretudo na adoção de padrões de consumo, de comportamento, de instituições, valores e idéias características de sociedades mais avançadas, sem importar necessariamente em transformação da estrutura econômica e social": Ibid., p. 37; "... em muitas sociedades nacionais, inclusive na América Latina, a modernização representou e continua representando um obstáculo ao desenvolvimento mais e estrutural da sociedade global. Apresentando-se, no sentido indicado, como transformação parcial e limitada, a modernização sem desenvolvimento tende assim a criar na sociedade necessidades e aspirações que quando acumuladas, só podem ser satisfeitas com o bouleversement de todo o sistema": Ibid., p. 39.

12. Cf. Ibid., pp. 29-30; pp. n. 34; Doc. Puebla, nn. 312, 497; Doc. S. Domingo, n. 255.

13. Cf. Costa PINTO, *Desenvolvimento...*, p. 32.

"Noutras palavras: o desenvolvimento moderno, em todos os níveis da estrutura social, não é um processo espontâneo e gradual de mudança em direção aos padrões de modernidade das nações mais adiantadas. Na verdade, ele tem sido e precisa ser, para não fracassar, um conjunto de saltos e de mudanças induzidas, provocadas e intencionais, uma ação ou impulso deliberado por meio do qual a sociedade aceita a mudança estrutural como valor desejável e como um objetivo a perseguir, promovendo a transição quase como um ato de fé. Pode-se divergir em torno do ritmo, da direção, do modelo a seguir no processo de desenvolvimento, mas todos o desejam porque ninguém está, ou parece estar, satisfeito com o *status quo*. Nesse sentido é que a experiência do desenvolvimento oferece, aos povos que tem o privilégio de se desenvolverem nesta quadra da história, a árdua mas suprema oportunidade de construir com as próprias mãos, o seu futuro e não apenas se acomodarem às contingências do acontecer histórico"¹⁴.

14. C. PINTO, *Desenvolvimento...*, p. 40.

15. Para se ter definições mais completas sobre o que o autor deseja expressar por "aceleração e atualização históricas", consultar suas obras: Darcy RIBEIRO, *O processo civilizatório*, 5ª edição, Vozes, Petrópolis, 1979, p. 56; Cf. id., *As Américas e a civilização*, 4ª edição, Vozes, Petrópolis, 1983, pp. 34-36, 44-45. Especificamente sobre "atualização" ou "incorporação histórica" consultar: J. B. SIMÃO, A hegemonia das novas relações imperialistas, in: *Revista de cultura teológica*, Publicação trimestral da Faculdade de Teologia N. S. da Assunção, Loyola, n. 2, S. Paulo, jan/mar de 1993, p. 60

Darcy Ribeiro, semelhante a Costa Pinto, concebe a problemática do desenvolvimento a partir daquilo que define por "aceleração evolutiva ou histórica", que trata-se de processos autônomos sucedidos numa sociedade que ocasionam a renovação de seu sistema produtivo e as reformulações de suas instituições sociais, de forma que a transição de um para outro modelo de formação sócio-cultural garanta à civilização as condições independentes para si própria; o contrário porém, sucede com a "atualização ou incorporação histórica", onde a "modernização reflexa", dentro de um plano progressista, resulta na perda de autonomia de um povo e por outro lado, dentro de um plano regressivo, oferece o perigo da própria desintegração étnica¹⁵.

A América Latina é, sem dúvida, um continente em ritmo de crescente sub-desenvolvimento submetido a um contínuo atraso histórico em marcha acelerada. Não se trata de um sub-desenvolvimento estabelecido de acordo com uma certa de-

fasagem proporcionada com o progresso do 1º mundo, no sentido de manter-se um equilíbrio gradativo de desenvolvimento em curso geral, mas pior ainda, trata-se de um anti-desenvolvimento. O percurso realizado na América Latina em relação ao primeiro mundo é antagônico; portanto, quanto mais a América Latina se empobrece, mais o primeiro mundo se enriquece, pois infelizmente falta a prática de uma forma estável de relações que ofereçam equilíbrio às variáveis sociológicas e econômicas da sociedade internacional estruturada assimetricamente¹⁶.

A marginalidade das nações latino-americanas é estrutural. É fruto da contradição existente no seio da própria estrutura internacional, donde nasce um modelo de “mundo em que a miséria e o atraso de uma parte parecem ser condição

necessária à prosperidade e ao bem-estar de outra”¹⁷. É o tipo “do conhecido modelo segundo o qual, na sociedade mundial, os ricos se tornam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres”¹⁸. Esta “brecha crescente entre ricos e pobres” a nível nacional e internacional¹⁹, o luxo de alguns convertendo-se em insulto contra a miséria da maioria, Puebla considera uma “situação de pecado social”, Santo Domingo, uma “cultura da morte”, portanto, um escândalo que contradiz o ser cristão; um atentado que ofende o plano de Deus²⁰.

Atualmente se tem uma maior consciência que tudo o que concerne ao desenvolvimento ou sub-desenvolvimento trata-se de um problema de ordem internacional, trata-se de uma diferença entre nações, ou seja, da marginalidade estrutural da sociedade mundial²¹. Assim sendo,

a marginalidade de cada nação deve ser vista dentro do quadro mundial para se entender os seus problemas sociais específicos²². As mudanças sociais promovidas nas nações da América Latina, se não levarem em consideração o conjunto da ordem universal, aumentam a marginalidade estrutural²³, tais mudanças assimétricas sucedem na realidade mundial que também sofre modificações significantes, pois as nações mais desenvolvidas não esperam ser alcançadas pelas periféricas para desenvolverem-se conjuntamente ou dentro de um certo equilíbrio não tanto defasado. As sociedades não desenvolvidas não conseguem resolver os seus sérios problemas sociais, pois os modelos de desenvolvimento eficazes para as ditas sociedades desenvolvidas sempre se desintegram e se refazem para si mesmas, e tornam-se ineficazes como etapas obrigatórias, propostas ou impostas, a serem assumidas pelas nações que se retardaram na história, sendo que quando chegam a ter acesso de tipo capitalista aos padrões considerados novos ou emergentes — individualistas e liberais”, tais padrões já demonstram-se su-

perados pelo processo de desenvolvimento universal²⁴.

Na realidade latino-americana constata-se e comprova-se o decréscimo de condições de vida que vem se sucedendo nos últimos tempos. O empobrecimento e suas consequências é um fato, é uma realidade histórica e social que possui suas causalidades em instância de relações internas e externas no sistema de dependência. Diante dos grandes problemas e desafios aos quais a grande maioria da população é submetida, torna-se difícil, encontrar soluções dentro da atual estrutura capitalista que se articula por sua vez dentro do capitalismo mundial, de forma que toda a sua acumulação e reprodução é de estilo dependente, é um modelo próprio de capitalismo que se mostra incapacitado em impedir sua incorporação periférica no espaço econômico, cultural e político das sucessivas nações em processo acelerado de capitalismo hegemônico²⁵. Mesmo que haja mudança em alguns aspectos no capitalismo dependente, não deixam de ser a partir das mudanças do capitalismo europeu, japonês e norte-americano; e mesmo que haja particu-

16. Cf. C. PINTO, *Desenvolvimento...*, p. 35; CDF. *Instrução sobre a liberdade cristã e a libertação*, 4ª edição, S. Paulo, Paulinas, 1986, n. 16.

17. C. PINTO, *Desenvolvimento...*, p. 63. A encíclica PP n. 4 adverte que o progresso de algumas nações não pode ser obstáculo para o progresso de tantas outras; Cf. *Instrução sobre a liberdade...*, n. 90; *Igreja: comunhão e missão...*, n. 8; S. Domingo, n. 206.

18. C. PINTO, *Desenvolvimento...*, p. 62; Cf. PP, nn. 8, 33, 57; SRS; nn. 16, 28; *A Serviço da comunidade humana...*, p. 24.

19. Cf. João PAULO II, *Visita à favela do Vidigal*, Viagem Pastoral ao Brasil, Rio de Janeiro, 02/07/80; CNBB. *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil (1983-1986)*, documento n. 28, 5ª edição, Paulinas, S. Paulo, 1984, n. 68-c; Doc. Medellín, Paz, n. 3; Doc. S. Domingo, n. 199.

20. Cf. Doc. Puebla, nn. 28, 30; Doc. S. Domingo, nn. 9, 26, 219, 235; PP, n. 3; GS, n. 63. CDF. *Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação*, 2ª edição, São Paulo, Paulinas, 1987, n. 6.

21. Cf. C. PINTO, *Desenvolvimento...*, p. 58.

22. *Ibid.*, p. 59; Vânia BAMBIRRA, *Il capitalismo asservito dell'America Latina*, per una teoria generale dell'imperialismo, Giangiaco Feltrinelli Editore Milano, Milano, 1974, p. 9.

23. Cf. C. PINTO, *Desenvolvimento...*, p. 60.

24. *Ibid.*, p. 55.

25. Cf. *Diretrizes gerais da ação pastoral...*, n. 20.

larmente algumas tensões, rupturas e inovações interesseiras entre os países que formam o pacto trilateral, não deixam suas contradições prejudicarem o interesse comum, isto é, seus conflitos são manipulados em condições seguras para a defesa e o fortalecimento dos interesses do capitalismo monopolista alicerçado pela ideologia neo-liberal²⁶.

A partir de uma visão funcionalista, os acordos e os projetos econômicos não são significativos para o desenvolvimento. Todo o capital externo investido na América Latina, todo o funcionamento concorrente das multinacionais, toda a aperfeiçoada tecnologia, são ini-

ciativas totalmente reguladas pelo mercado mundial. Na América Latina toda a perspectiva de mudança que parta de comum acordo com o capitalismo monopolista, na prática não tem gerado desenvolvimento à médio e longo prazo. As nações do sul da América absorvem mudanças do capitalismo, mas sem integração nacional e desenvolvimento autônomo; não interessa possuir os estágios avançados do capitalismo sem possuir uma autonomia real²⁷.

A política da fundação "Comissão Trilateral"²⁸ deveria tomar consciência de que o método para o capitalismo que propõe e impõe, não é apropriado para a América Latina, pois tem gerado empo-

breimento, expropriação, devastação de recursos econômicos naturais em escassez. Muitas vezes por interesse de lucro não se importa com o prejuízo humano. O que as agências multinacionais fazem com as reservas naturais hoje na América Latina é de prejuízo não só para os povos desta região, mas para o mundo todo, por exemplo, a exploração devastadora que as empresas multinacionais realizam na Amazônia²⁹.

A América Latina apresenta para o mundo uma forte expansão demográfica, motivo pelo qual a maioria do povo do continente é representada pela idade juvenil; contudo, apesar da alta taxa de natalidade, deve-se também considerar o enorme número de mortalidade infantil devido à falta de condições

básicas de vida³⁰ e aos grupos de extermínio que atuam nos grandes centros. Também constata-se um baixo nível educacional com muitas crianças, em idade escolar, fora da escola; o analfabetismo, de fato, apresenta uma taxa bem alta³¹.

Um outro grande problema é o campo da saúde, que por ser deficitário, não consegue atender as necessidades da população. A falta de medidas preventivas para garantir uma boa saúde à população é uma realidade; além dos cuidados necessários indispensáveis e dos medicamentos apropriados, falta o mais importante que é a alimentação adequada para a maioria dos habitantes do sul da América, pois, o que não se consome em alimentação, terá que consumir em medicamentos³².

26. Sobre a ideologia política da "Comissão Trilateral", assim como o histórico e a composição desta organização pelos representantes de diversas empresas multinacionais denominadas, verificar: AA. VV., *A Trilateral: nova fase do capitalismo mundial*, Ed., Vozes, Petrópolis, 1982; Cf. Arturo Sist e Gregório Iriarte, *De la seguridad nacional al tri-lateralismo*, in: revista "Puebla" n. 2, Ed., Vozes, Petrópolis, Septiembre 1978, pp. 115-128.

27. Cf. Florestan FERNANDES, *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, Zahar Editores, R. J., 1973, pp. 10-102; CNBB. *Por uma nova ordem constitucional*, documento (36), 4ª edição, S. Paulo, Paulinas, 1986, n. 154.

28. A Comissão Trilateral "foi fundada em 1973 sob os auspícios de David Rockefeller, Diretor do Chase Manhattan, com o objetivo de estabelecer um lugar de encontro para os cidadãos mais respeitáveis dos principais países industrializados não comunistas e distribuídos em três centros: Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão. O Professor Raymond Barre, atual Primeiro Ministro Francês, e Chujiro Fujino, Presidente do consórcio Mitsubishi, são os principais representantes da Europa Ocidental e do Japão, respectivamente. É, pois, uma organização internacional. É formada por mais de 200 personalidades, representando os maiores consórcios econômicos dos três centros, principalmente banqueiros. Alguns intelectuais e periodistas europeus a identificaram como uma conspiração mundial de banqueiros dirigida por David Rockefeller": Alberto Micheo, *O caso Carter: um fenômeno planejado*, in: *A trilateral...*, op. cit., p. 19; as pp. 34-36, 52-54, desta mesma obra conferem e complementam o texto citado.

29. Cf. Doc. Puebla, nn. 127-141, 327, 496, 1014, 1236; Doc. S. Domingo, nn. 169; *Igreja: comunhão e missão...*, n. 135; especificamente sobre o assunto é de grande importância consultar: CNBB. *A Igreja e a questão ecológica*, leitura ético-teológica a partir da análise crítica do desenvolvimento, S. Paulo, Paulinas, 1992; Enrique Dussel, *De Medellin a Puebla - uma década de sangue e esperança*, vol. 3, S. Paulo, Ed., Loyola, 1983, p. 505; *Le mani sull'Amazônia*, in: revista "Messaggero di Sant'Antonio", Padova, giugno 1989, pp. 38-39; *L'Amazônia? Prima gli indios*, revista "Famiglia cristiana" n. 30, 26 luglio 1989, pp. 88-94. Em relação ao assunto é interessante a exortação do sínodo "Christifideles Laici", n. 43 e do documento da CNBB, *Por uma nova ordem constitucional*, n. 59. Sobre o poderio e os privilégios legais concedidos às empresas multinacionais na região amazônica, ver: Plínio de Arruda Sampaio, *Capital estrangeiro e agricultura no Brasil*, in: Cadernos CEBRAP, n. 31, Petrópolis, Ed., Vozes Ltda., 1980, pp. 133-140.

30. Cf. Doc. Medellin, Família e demografia, nn. 2, 8-9; Doc. S. Domingo, n. 22

31. Cf. Doc. Medellin, Educação, n. 3; Doc. S. Domingo, nn. 109, 265, 266, 267, 284; Folha de São Paulo, S. Paulo, Domingo, 31 de julho de 1994, caderno especial "Brasil 95 - educação e saúde. GS, nn. 4,60.

Comprova-se o baixo nível de vida, as mínimas condições dignas de trabalho, quando existe, pois o desemprego é muito grande e a demanda da força de trabalho obriga a maioria da população a se submeter a um regime desumano de trabalho que pode ser comparado com um novo estilo de escravidão. As condições inadequadas de trabalho apresentam um alto índice de periculosidade e insalubridade. O povo sofre a falta de seguro contra o desemprego, falta de salário suficiente, de um salário familiar justo, tendo muitos, quando possível, que recorrerem às fontes paralelas de subsistência (sub-emprego) para suprirem as deficiências salariais³³.

As péssimas condições sociais, provocadas pelo capitalismo dependente, forçam o povo a se deslocar de um lugar para outro em busca de melhores condições de vida. Surgem as correntes migratórias internas, de todos os pontos da regiões, sem, na maioria das vezes, encontrarem um lugar para se instalar³⁴.

Outro problema está ligado com a questão da moradia que demonstra ser grave e crescente. As questões da migração e da moradia estão diretamente ligadas ao problema da propriedade da terra, que é um dos casos mais delicados na América Latina, problema que se verifica tanto no campo como na cidade³⁵.

A Igreja reconhece esta realidade de injustiça e sofrimento à qual o povo é submetido e com coragem denuncia esta situação de pecado social que faz dos filhos de Deus um povo de escravos devido à ganância e o egoísmo reinantes no mundo³⁶.

“Comprovamos, pois, como o mais devastador e humilhante flagelo a situação de pobreza desumana em que vivem milhões de latino-americanos e que se exprime, por exemplo, em mortalidade infantil, em falta de moradia adequada, em problemas de saúde, salários de fome, desemprego e subemprego, desnutrição, instabilidade no trabalho, migrações maciças forçadas e sem proteção³⁷.”

32. Cf. GS, n. 26; Folha de S. Paulo, caderno especial citado acima.

33. Cf. Doc. Medellín, Família e demografia, n. 3-c; Doc. S. Domingo, nn. 112, 183, 218. GS, n. 67; *Igreja: comunhão e missão...*, n. 140.

34. Cf. Doc. Puebla, nn. 71, 419; Doc. S. Domingo, nn. 187-189; GS, n. 66; *Igreja: comunhão e missão...*, n. 144.

35. Cf. Doc. S. Domingo, nn. 171-173; Doc. Puebla, n. 1263; Doc. Medellín, Justiça, n. 14. Especificamente sobre a questão da moradia urbana no Brasil: CNBB. *Onde Moras?* Texto base da Campanha da Fraternidade - 1993, Salesiana D. Bosco, S. Paulo.

36. Cf. Doc. Puebla; nn. 15-16, 338-339; Doc. S. Domingo, n. 23.

37. Doc. Puebla, n. 29.

2. A QUESTÃO AGRÁRIA

O sistema capitalista da América Latina a obriga a se sujeitar às estruturas sociais atrasadas onde se torna impossível se organizar dentro de um projeto que ofereça condições dignas de vida para o povo. Os países da América Latina se vêem impossibilitados de criarem uma integração nacional entre suas regiões urbanas e rurais. A economia, por ser tão desarticulada e manipulada externa e internamente, gera um desnível muito grande entre o campo e a cidade, ocasionando seríssimos problemas de conflitos sociais. Hoje, na América Latina, a injusta distribuição da terra, por falta de uma verdadeira política agrária, tem ocasionado o surgimento da “propriedade latifundiária” e da “propriedade minifundiária”. Segundo dados estatísticos, tem se constatado o crescimento dos latifúndios em relação aos minifúndios, devido à pressão violenta exercida pelos gran-

des proprietários sobre os pequenos. Apesar de se sentir hoje a necessidade de uma urgente reforma agrária em favor da grande maioria necessitada sem o mínimo de terra para nela viver e trabalhar, efetivamente, os governantes não permitem que isto se realize. Diante dos poucos latifundiários com imensos territórios improdutivos, torna-se difícil levar avante a execução de uma política agrária que favoreça os “sem terra”, e isto devido ao poderio destes grandes proprietários, pois, na verdade eles são os próprios governantes nacionais e internacionais que determinam o rumo empobrecido da América Latina³⁸.

Diante desta realidade de sofrimento do povo que depende da terra para nela trabalhar e se manter, a Igreja em Puebla sente “a falta de reformas estruturais na agricultura, adaptadas a cada realidade e que enfrentem com decisão os graves

38. Celso FURTADO, *Formação econômica da América Latina*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Lia Editor, 1970, pp. 89-98; id., *Situación social de América Latina*, Solar, Buenos Aires, 1979, pp. 17-354; Denis-Clair LAMBERT y Jean-Marie MARTIN, *América Latina, economías y sociedades*, traducción: Amparo Maldonado, Fondo de cultura económica, México-Madrid-Buenos Aires, 1976, pp. 244-266; Theotônio dos SANTOS, *Crisi del capitale e processo rivoluzionario*, traduzione di Giulio Stocchi, Gabriele Mazzota Editore, Milano, 1973, pp. 15-125; Vânia BAMBIRRA, *Il capitalismo...*, op. cit., pp. 138-150; AA.VV., *La dominación de América Latina*, José Matos Mar (compilador), Amorrortu editores, Buenos Aires, 1968, pp. 11-143. Sobre a questão de uma necessária e justa política agrária, verif. GS, nn. 65, 71, 87; *Igreja: comunhão e missão...*, nn. 145, 178; Doc. Puebla, nn. 1245; Doc. S. Domingo, nn. 57, 174, 175, 204, 209.

problemas sociais e econômicos dos camponeses: o acesso à terra e aos meios que tomem possível a melhoria da produtividade e da comercialização³⁹.

A questão da terra na América Latina tem gerado muita violência, perseguições e assassinatos a todos aqueles que procuram denunciar e tomar uma posição oposta aos latifundiários em favor dos sem terra. Os latifundiários não só constituem uma força política e econômica, mas é força que se arma e forma suas milícias particulares⁴⁰.

“Os bens e riquezas do mundo, por sua origem e natureza, segundo a vontade do Criador, são para servir efetivamente à utilidade e ao proveito de todos e cada um dos homens e dos povos. Por isso a todos e a cada um compete um direito primário e fundamental, absolutamente inviolável, de usar solidariamente esses bens, na medida do necessário, para uma realização digna da pessoa humana. Todos os outros direitos, também o de propriedade e livre comércio, lhe estão subordinados. Como nos ensina João Paulo II: “Sobre toda propriedade privada pesa uma hipoteca social”.

39. Doc. Puebla, n. 68; cf. Doc. S. Domingo, nn. 176-177.

40. Cf. *Reflexão sobre a violência no campo*, CEPIS, novembro, 1985; *CEBs, povo de Deus em busca da terra prometida*, in: revista “Vida Pastoral”, nov-dez de 1986, ano XXVII, n. 131, pp. 21-25.

41. Doc. Puebla, n. 492.

A propriedade compatível com aquele direito primordial é antes de tudo um poder de gestão e administração, que, embora não exclua o domínio, não o torna absoluto nem ilimitado. Deve ser fonte de liberdade para todos, nunca de dominação nem de privilégios. É um dever grave e urgente fazê-lo retornar à sua finalidade primeira⁴¹.

3. A ABSORÇÃO DA RENDA NACIONAL

Tudo o que deve ser destinado à distribuição, que visa o bem comum, não é conscientemente realizado na América Latina. A mínima parte dos recursos econômicos dos governos é revertida para os campos de necessidades fundamentais à vida e à formação do povo. Os campos da saúde, da educação, etc. são sacrificados por outros interesses governamentais, tais como, grandes empreendimentos e construções “faraônicas”, campanhas políticas, altos salários de funcionários privilegiados, compra de empresas, investimentos em estatais, mordomias, gastos militares e bélicos, etc. Por uma questão de justiça, de direito do próprio

povo, a sua vida exige um maior investimento por parte dos governos, os quais deveriam se preocupar em salvar as nações ou pelo menos aliviar o seu sofrimento de tanta miséria. Os governos deveriam se orientar por certos princípios morais básicos no que diz respeito à realização do bem em comum. São enormes os gastos que as nações empobrecidas da América Latina investem em armamentos e com os quadros efetivos de suas forças armadas e aparelhagens atualizadas das mesmas. A soma que se dispensa para treinar, especializar militares no exterior é também um gasto que significa uma despesa bem considerável aos cofres nacionais⁴². Como bem diz Puebla, “não se torna estranho neste complexo problema social o aumento dos gastos com armamentos, como tampouco a criação artificial de necessidades supérfluas, impostas de fora aos países pobres”⁴³.

Em contrapartida, com tantos gastos e investimentos, em nível mundial, se comprova hoje que o mundo subdesenvolvido possui 57% da população mundial e somente 25% da riqueza. Também se pode-

ria fazer a comparação da seguinte forma: um habitante do 1º mundo que faz o mesmo trabalho que um do 3º mundo, possui nove vezes mais riquezas que este último. O latino-americano é, na realidade, explorado, tanto que para as indústrias automobilísticas hoje é vantajoso importar os carros que são fabricados pelas suas filiais no 3º mundo para a matriz situada no 1º, pois devido à barata mão de obra e matéria prima, acaba lucrando com as importações⁴⁴.

Atualmente pode-se considerar sem exagero que mais de 50% da população latino-americana se acha numa situação de extrema pobreza, conforme já relatava a OEA (Organização dos Estados Americanos) em 1977, levando-se em conta que a pobreza aumentou muito nesta última década⁴⁵.

Os países latino-americanos são o exemplo de “progresso” e “miséria da população”. Após a segunda guerra mundial, os esses países se mantiveram dentro de uma taxa de crescimento médio-anual de 7,1% e sua economia veio a ocupar na escala do capitalismo internacional

42. Cf. PP, n. 53; *Instrução sobre alguns aspectos...*, n. 9; *Igreja: comunhão e missão...*, n. 190; *A Serviço da comunidade humana...*, p. 26.

43. Doc. Puebla, n. 1267.

44. Cf. E. DUSSEL, *De Medellín a Puebla...*, op. cit., pp. 505-506; Doc. Puebla, n. 1133; Doc. S. Domingo, n. 198.

45. Cf. E. DUSSEL, *De Medellín...*, op. cit., p. 508; Doc. Puebla, n. 1129, p. 275, nota n. 331.

uma posição muito privilegiada. Em termos de produção, os países latino-americanos ainda hoje ocupam uma posição destacada no comércio internacional; o que falta é uma política administrativa justa e honesta. Tomando o Brasil como exemplo, é um país que muito produz, é a 8ª potência industrial do mundo, mas mais de 60% da população não chega a receber dois salários mínimos. É o 4º exportador mundial de alimento, no entanto, segundo os dados estatísticos da ONU (Organização das Nações Unidas), ocupa o 6º lugar em subnutrição; a grande população passa fome, as crianças que são subnutridas desde o nascimento, quando não morrem tornam-se debilitadas para o resto da vida. A questão da saúde no Brasil, como em todo o 3º mundo, está ligada à fome, pois a falta de alimento acarreta doenças e mortes⁴⁶. Aqui, se toma o exemplo do Brasil, mas é característica de toda a América Latina, principalmente México e Argentina, que em termos de política de produção econômica muito se aproximam do Brasil no sentido de serem países marcados pela contradição da riqueza e da pobreza. Esta

contradição se explica devido à concentração de renda. No Brasil, os 10% mais ricos se apropriam aproximadamente da metade da riqueza nacional, enquanto os 50% mais pobres não chegam a se apropriar de 15% desta riqueza⁴⁷.

O desafio ético da América Latina consiste, hoje, em combater a fome, a miséria, etc.; entra em jogo uma questão de ordem moral. Pois, como é possível que milhões de latino-americanos não tenham o que comer em seus países que tudo produzem. Os problemas tendem a se multiplicar sempre mais, pois com a falta de uma política econômica e social, constata-se o aumento das tensões repressivas e da violência generalizada, que fazem de todos vítimas de uma situação que poderá ser outra⁴⁸.

“Limitamo-nos a enfocar alguns aspectos que mais diretamente desafiam nossa ação pastoral, fazendo assim uma como síntese de questões tratadas em diversos lugares.

“Desde Medellín, percebem-se sobretudo duas tendências evidentes:

a) Por um lado, a tendência à modernização, com forte crescimento econômico, urbanização crescen-

te do Continente, tecnificação das estruturas econômicas, políticas militares, etc.

b) Por outro, a tendência à pauperização e crescente exclusão das grandes majorias latino-americanas da vida produtiva. Por isso, o povo pobre da América Latina anseia por uma sociedade de maior igualdade, justiça e participação em todos os níveis.

“Essas tendências contraditórias favorecem a apropriação, por uma minoria privilegiada, de grande parte da riqueza, assim como dos benefícios criados pela ciência e cultura; por outro lado, geram a pobreza para a maioria com a consciência de sua exclusão e do bloqueio de suas crescentes aspirações de justiça e participação. Não obstante, verificamos que as classes médias estão aumentando em muitos países da América Latina.

“Destarte, surge um conflito estrutural grave: a crescente riqueza de alguns poucos corre paralela com a crescente miséria das massas”⁴⁹.

49. Doc. Puebla, nn. 1207-1209.

50. Sobre a necessidade de “um atento exame das condições do comércio internacional”, ver: *A Serviço da comunidade humana...*, p. 21, n. 4.

51. Cf. Doc. Medellín, Paz, nn. 8-9; *A Serviço da comunidade humana...*, pp. 7, 14, 20; Sínodo dos bispos, *Vocazione e missione dei laici...*, n. 66. “Un applicazione della pura logica del profitto, del materialismo e del consumismo, che pone sulle spalle di coloro che sono già poveri un gravoso indebitamento, rappresenta l'aspetto più microscopico dello equilibrio dell'ordine economico internazionale”; Doc. S. Domingo, n. 198.

4. A DÍVIDA EXTERNA

Nos tempos atuais, o problema que agita muito as nações é o que diz respeito à dívida externa. O combate à pobreza passa pelo confronto com a questão da dívida externa. Portanto, as transformações sociais necessárias que deveriam acontecer tomaram-se também difíceis devido ao pagamento dos juros desta mesma dívida (transferências em dólares para o exterior) e devido a toda uma política econômica que gira em torno dela⁵⁰. A dívida contribui a levar os países a uma tremenda recessão, a um constante e alto índice inflacionário, a um aumento de desemprego e um prolongamento da miséria social⁵¹. No Brasil, tal dívida exorbitante foi feita durante os anos de ditadura militar; inicia-se com o chamado “milagre brasileiro” e vem se acumulando até os dias atuais devido às diversas dívidas constantemente feitas, seja com o propósito de pagar as dívidas anteriores (conforme alega muitas vezes o governo, argumento este não convincente, pois a dívida não se paga com maiores

46. Cf. Diretrizes gerais da ação pastoral..., n. 20; Igreja Comunhão e missão, nn. 138-139, 142; Doc. Santo Domingo, n. 179.

47. Cf. *Igreja: comunhão e missão...*, n. 136. Ainda sobre a desigualdade social no Brasil como efeito da injusta distribuição de rendas, verifique: CNBB. *Onde Moras?*..., texto citado, nn. 29-30

48. *Ibid.*, n. 143.

dívidas), ou seja com o propósito que tenta justificar as aquisições de empresas, realizações e manutenções dos grandes empreendimentos modernizantes, que segundo o governo, estes empenhos significarão desenvolvimento para toda a nação, tais como Ferrovia do Aço, Projeto Carajás, Transamazônica, Usiminas, metrô, Eletrobrás, Light, Ponte Rio-Niterói, Itaipu, Usina Nuclear, etc.⁵²

No período do ciclo militar no governo foi realizado o maior volume de exportação de capitais dos países desenvolvidos para os países do 3º mundo. No Brasil até 1964, antes dos militares darem o golpe de Estado, a dívida girava em torno de 3,2 bilhões de dólares; no governo Médici, 12 bilhões de dólares; no governo Geisel, 50 bilhões de dólares; no governo Figueiredo (último militar no governo), 104 bilhões de dólares⁵³.

A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) lança em 1993 a lista de devedores da América Latina, sendo o Brasil destacado como o maior devedor, seguido por México, Ar-

gentina e Venezuela. De acordo com o quadro dos países latinos devedores, verifica-se que somente o Brasil representa aproximadamente 30% da dívida externa do Sul da América, que vem significar para os recursos das nações uma dívida impagável de 134 bilhões de dólares. No início da gestão do governo Collor só de juros que a sua política recessiva transferiu para fora foi de 13,5 bilhões de dólares, já em 1993 a nação pagou para os países credores a importância que chegou à casa dos 15 bilhões de dólares, prejudicando assim a capacidade de investimento em setores necessitados ou em certas áreas sociais carentes. A América Latina e Caribe enviam para os países credores do primeiro mundo cerca de 35 bilhões de dólares ao ano, como pagamento dos serviços cobrados da dívida externa. Nos anos de 1982 a 1991 pagaram taxas de juros aproximadas de 347,8 bilhões. Mesmo pagando altas taxas de juros, o montante da dívida externa tem crescido de ano para ano de forma exorbitante, assim como tem crescido simultaneamente a pobreza⁵⁴.

52. Cf. Igreja: *comunhão e missão...*, nn. 135, 162; Doc. S. Domingo, n. 197.

53. Cf. *Central Única dos Trabalhadores*, Doc. da Conf. sindical latino americana e caribenha sobre a dívida externa, Encarte da ed. n. 13, mai-jun de 1987, pp. 3, 5-15; M. D. de Oliveira, P. P. POPPOVIC, R. D. de OLIVEIRA, M. E. POPPOVIC, *A dívida e a pobreza*, Ed. Brasiliense S. A., S. Paulo, 1986, pp. 6-35.

54. Cf. PEDEX, *A dívida externa e a fome*, caderno n. 5, 2a. ed., S. Paulo, Gráfica Peres Ltda., pp. 8, 20-21. "A incidência de pobreza que em 1986, representava um percentual de 43,3% da população sofreu aumento de cerca de 2,5 pontos em 1990. Isto significa que, de uma população de 426 milhões de Latino-americanos, 196 milhões vivem na pobreza. Desse total, 94,5 milhões eram indigentes, no ano da pesquisa, o que equivale a 22% da população de todos os países latino-americanos".

DÍVIDA EXTERNA DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Em bilhões de dólares

Classificação Mundial - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Países	1992
Argentina	65.000
Bolívia	3.774
Brasil	134.000
Chile	18.926
Colômbia	16.779
Costa Rica	4.022
El Salvador	2.338
Equador	12.122
Guatemala	2.582
Guyana	2.190
Haiti	845
Honduras	3.538
Jamaica	4.450
México	114.000
Nicarágua	10.806
Panamá	3.548
Paraguai	1.279
Peru	21.333
República Dominicana	4.426
Trinidad Tobago	2.212
Uruguai	7.697
Venezuela	36.000
TOTAL	471.867

A dívida total estimada em 1993 (cálculo preliminar) era de 493 bilhões de dólares
Fonte: Cepal

A partir desta triste realidade, as sociedades tornam-se um espaço de inconformismo diante deste endividamento que, ao contrário de melhorar o padrão de vida do povo segundo as promessas dos governos, lança as populações cada vez mais ao empobrecimento. No Brasil, esta dívida teve um grande aceleramento nos governos militares que, à revelia do Congresso Nacional e da Constituição vigente, arbitrariamente decidiam as atividades e projetos governamentais.

Na América Latina, muito se questiona se esta dívida é legítima; se ela já na realidade não foi paga muitas vezes. Em primeiro lugar, conforme se constata, 96% da dívida foi feita pelos governos ditatoriais após os anos 60 em comum acordo com os banqueiros internacionais, o que veio a contribuir para com o arrojamento dos regimes de terror e empobrecimento geral⁵⁵.

“Com relação à dívida externa, propomos que ela seja submetida a uma auditoria pública, com participação do Poder Legislativo e de organizações representativas da sociedade civil, para identificar a composição justa da dívida a partir das responsabilidades sobre suas origens e modos de utilização. Com

base nessa auditoria e no montante já pago até hoje, a legitimidade da atual dívida ficaria esclarecida. Em todo caso, a Igreja insiste no princípio que a economia deve estar sujeita à ética e, portanto, não é lícito pagar a dívida simplesmente às custas da fome, da miséria e do subdesenvolvimento do nosso povo”⁵⁶.

Muito se questiona se a responsabilidade deste financiamento irresponsável que consiste na dívida externa, não é só do governo e dos governantes. Em segundo lugar, o processo de reciclagem foi realizado em discordância com os critérios bancários, isto é, quantidade imprudente de empréstimos que contaram com descontrolo da política econômica dos governos e banqueiros dos países credores, sendo que estes últimos permitiram o livre desempenho dos grandes bancos internacionais sem serem submetidas às intervenções de necessários mecanismos de controle e fiscalização⁵⁷. Uma outra coisa, que poderia ser considerada a terceira, é a respeito da questão moral desta dívida; trata-se do seu crescimento incomensurável nos países devedores devido à elevação arbitrária e injusta das taxas de juros

internacionais a partir da política econômica dos Estados Unidos. Até 1960, as taxas de juros internacionais se encontravam na faixa de 2% ao ano; depois os bancos internacionais decidiram alterar esta taxa para 6,25%; com a política econômica de Reagan, esta taxa foi estimada em 1981 em 21,5%⁵⁸. “Os “choques petrolíferos”, em 1974 o primeiro, em 1979 o segundo, a queda dos preços das matérias primas e o fluxo dos petrodólares à procura de investimentos frutuosos, assim como os efeitos de programas de crescimento muito ambiciosos, contribuíram para colocar numerosos países em desenvolvimento numa situação de endividamento massivo. Ao mesmo tempo os países industriais tomavam medidas protecionistas, enquanto aumentavam as taxas mundiais de juros. Os países devedores tornavam-se progressivamente incapazes de pagar até mesmo os juros de sua dívida”⁵⁹. É preciso reconhecer que os principais beneficiários do endividamento foram as indústrias multinacionais, os grandes bancos, e projetos dos governos latino-americanos; ocorrem também dentro do processo de

empréstimos inúmeras fraudes e negociatas. A capacidade que o capitalismo do primeiro mundo possui em subornar é muito grande, o que dificulta uma aproximação maior entre os governos do capitalismo dependente da América Latina⁶⁰. A questão que se coloca é, se é lícito, se é moral, que esta dívida seja paga; se é justa ou não a moratória, principalmente se for levado em conta que é o povo, os mais pobres, que são coagidos e violentados nos seus direitos vitais, que pagam os juros do capital externo emprestado⁶¹. Não se nega a necessidade de certos empreendimentos do governo para favorecer a vida do povo; o que se questiona é como são feitos e para quem são feitos, levando-se em conta que o povo poucos recursos dispõe para gozar de tais benefícios.

O que acontece em cada país latino-americano em maior ou menor proporção sucede com todos, pois são países dependentes de um mesmo denominador comum chamado dívida externa.

“Na Argentina, o roubo foi ainda mais escandaloso. Inicialmente, ainda durante o regime militar, verificou-se uma polêmica sobre o

55. Cf. *Dívida externa: porque não pagar*, publicação conjunta do CIDAS e do 13 de Maio-NEP, Composta na “Proposta Editorial, S. Paulo, 1985, p. 21.

56. *Igreja: comunhão e missão...*, n. 180.

57. Cf. *A serviço da comunidade humana...*, pp. 35-36.

58. Cf. *Dívida externa...*, op. cit., p. 22; *A serviço da comunidade humana...*, pp. 18, 29, 21, n. 3.

59. *A serviço da comunidade...*, p. 3.

60. Cf. *A serviço da comunidade...*, pp. 23-24.

61. Cf. *Dívida externa...*, op. cit., pp. 23-26.

quantum da dívida externa. Segundo os dados oficiais, a mesma era então de 42/43 bilhões de dólares (hoje é superior a 50 bilhões). No entanto, a Aeronáutica argentina, admitia apenas uma dívida de 37 ou 38 bilhões. Aparentemente um empréstimo de 5 ou 6 bilhões de dólares nem chegou a ser contabilizado pelo Tesouro, foi roubado antes.

“Posteriormente, durante a campanha eleitoral, peronistas e outros setores, puseram em dúvida a legitimidade da dívida assumida pelos governos militares, por não ter sido referendada pelo Congresso Nacional, hermeticamente fechado durante os anos da ditadura. Defendia-se a tese de que o futuro governo democrático deveria considerar apenas a dívida existente antes do golpe de 24/3/76, correspondente a cerca de 20 por cento da dívida atual.

“Quando o radical Raúl Alfonsín assumiu o governo, o então ministro da Economia, Bernardo Grinspún, fez espantosas revelações ao Senado sobre a realidade da dívida externa argentina. Nada menos que 10,7 bilhões de dólares foram aplicados em operações especulativas, favorecidas por mecanismos cambiais adotadas pelo governo castrense, ou então enviados ao exterior.

“O então ministro acrescentou que US\$ 5,5 bilhões foram destinados a fomentar o turismo ao exterior e que 14,6 bilhões foram aplicados no pagamento dos serviços da própria dívida. Isso significa que apenas uma pequena parte do total dos empréstimos conseguidos durante a ditadura foi destinada a investimentos produtivos”⁶².

A alternativa da América Latina para uma decidida e corajosa moratória era uma proposta defendida até pouco tempo com significante ênfase por parte de alguns governos e por diversos seguimentos das sociedades do subcontinente explorado. Tal proposta parecia ser a única solução que se encontrava, a qual causava não pouco temor aos governantes dos mecanismos capitalistas e não encontrava respaldo por parte da maioria dos políticos que participavam dos governos, devido ao fato de tal decisão levar as nações a uma condição marginalizante diante da economia internacional e conseqüentemente a uma pior situação de regressão histórica. O assunto era e é de ordem moral, é profundo e merece uma abordagem especificamente mais analítica.

Diante da complexidade da dívida internacional, a Igreja apela para a urgência de uma “ética de sobrevivência”, em favor dos países que mais sofrem as conseqüên-

cias do endividamento. A Igreja chama a atenção quanto à busca de soluções “justas e necessárias”, baseadas na “solidariedade”, na “corresponsabilidade”, nos “esforços e sacrifícios” de todos os envolvidos⁶³.

Percebe-se que o magistério da Igreja, em todos os níveis, assume uma posição humanitária de proteção aos mais indefesos, faz apelo de uma prática libertadora para a América Latina. Consciente da situação de extrema pobreza em que se encontra mergulhada a América Latina, as Conferências Episcopais apresentam a Igreja tomando as dores dos sofredores que se vêm com os seus direitos espezinhados. S. Domingo e Puebla se propõem explicitamente continuar a caminhada de Medellín que já havia feito um levantamento da realidade crua e difícil à qual os povos do continente sul americano estão sujeitos. Fazendo a “opção preferencial pelos pobres”, Puebla e S. Domingo marcam a sua caminhada dentro de um espírito vivificador oferecendo esperanças para as massas desprotegidas, sem voz e sem vez, numa cultura de morte, reafirmando a sua decisão corajosa, a exemplo de Medellín, ao se nortear pela linha da clara e

convicta opção profética e solidária em favor das vítimas do neoliberalismo emergente que reforça na América Latina o capitalismo dependente. É pensando nestes pobres que as Conferências definem a ação pastoral da Igreja na América Latina a partir de Medellín; é sendo sensível às “feições concretíssimas”, reais, dos sofredores indefesos, que Puebla reconhece em seus rostos “as feições sofredoras” do servo Jesus Cristo, “o Senhor, que nos questiona e interpela”⁶⁴. Lista de rostos sofredores que aumentaram expressivamente segundo constatação de S. Domingo⁶⁵.

As Conferências denunciam esta injustiça que gera opressão e repressão, que faz da região do sul da América uma verdadeira estrutura de pecado⁶⁶. Puebla assume uma linguagem toda teológica ao chamar de pecado social a injustiça da qual é vítima o Continente latino. Puebla pretende oferecer um contributo motivante à Igreja no sentido de animá-la a continuar esperançosa em busca da libertação dos pobres. Para as Conferências de S. Domingo e Puebla, evangelização e libertação são temáticas intimamente ligadas enquanto proposta de prática da

62. *Dívida externa...*, p. 27.

63. Cf. *A serviço da comunidade...*, pp. 5, 11-13, 15, 17-19, 30.

64. Puebla, nn. 31-39.

65. Cf. Doc. S. Domingo, n. 179.

66. Cf. Doc. Medellín, Paz, n. 1; Puebla, n. 281; S. Domingo, n. 164.

Igreja latino-americana. No início da Conferência de Puebla, a questão da terminologia "libertação" gerou certa polêmica no meio eclesial, mesmo porque era um momento, como ainda o é, de muita discussão em torno da Teologia da Libertação. Contudo, em momento algum, as Conferências mencionam a terminologia "Teologia da Libertação", apesar de muito falarem em libertação integral como fonte indispensável para a decorrência da liberdade humana, da qual os filhos de Deus têm direito. As Conferências ao fazerem a "opção preferencial pelos pobres" assumem o tema chave da Teologia da Libertação. Portanto, há uma intuição de fundo nos resultados das Conferências Episcopais que justificam e clamam por uma apropriada "teologia da libertação" que defenda a causa dos povos oprimidos presentes na realidade latino-americana e caribenha. Bom seria que não precisássemos de tal teologia, mas está claro que é esta realidade secularmente marcada pela opressão, exploração e sofrimento que assim a exige, como ela-

boração sistemática que se faz urgente e necessária⁶⁷.

"Entre evangelização e promoção humana - desenvolvimento, libertação - existem de fato laços profundos: laços de ordem antropológica, dado que o homem que há de ser evangelizado não é um ser abstrato, mas é um ser condicionado pelo conjunto dos problemas sociais e econômicos; laços de ordem teológica, porque não se pode nunca dissociar o plano da Criação do plano da Redenção, pois, um e outro abrangem as situações bem concretas da injustiça que há de ser combatida e da justiça a ser restaurada; laços de ordem eminentemente evangélica, qual seja a ordem da caridade: como se poderia, realmente, proclamar o mandamento novo sem promover na justiça e na paz o verdadeiro e o autêntico progresso do homem? (EN 31)"⁶⁸.

Pe. Dr. José Benedito Simão é Doutor em Teol. Moral e Vice-Diretor Acadêmico da Fac. de Teologia N. S. da Assunção
Endereço: Av. Nazaré, 993, Ipiranga
04263-100 SÃO PAULO - SP

67. Cf. Doc. S. Domingo, nn. 27, 34, 74, 123, 243; Doc. Puebla, nn. 322-326, 479, 485; Leonardo BOFF, *Quando la teologia ascolta il povero*, Cittadela Editrice-Assisi, dicembre, 1984, pp. 33-45. Na América Latina, se define a liberdade através da libertação: Cf. C. DUQUOC, *Liberazione...*, op. cit., p. 108; J. B. LIBÂNIO E A. ANTONIAZZI, *Vinte anos de teologia na América Latina*, Petrópolis, Vozes, 1994, pp. 15, 18.

68. Doc. S. Domingo, n. 157; Cf. Doc. Puebla, Discurso inaugural, n. 3 e nn. 321, 491.

O CONCEITO DE "CHRISTIFIDELIS" NO CONTEXTO DO LIVRO II DO NOVO CÓDIGO, COMO POVO DE DEUS - SEUS DIREITOS E DEVERES

Côn. Dr. Martin Segú Girona

À guisa de introdução e mais do que isto para inserir o texto no contexto é necessário apresentar, ao menos sinteticamente os conteúdos do livro II do Novo Código, para salientar o conceito de "Christifidelis" e posteriormente mostrar seus deveres e direitos dentro da dinâmica do Povo de Deus em marcha.

Antes de mais nada se deve notar que o título do Livro II no novo Código é tirado da Constituição Dogmática Luz dos Povos, que no seu capítulo II trata especificamente do Povo de Deus, isto é, "De Popolo Dei" no seu título original latino.

Se fizermos uma breve comparação entre os dois códigos, constatamos que a tônica do Código de 1917 era muito mais uma ótica individualista do que social, diferente da do Novo que é eminentemente comunitária, participativa e solidária. Numa palavra, a perspectiva do Novo Código é o social e a socialização dos seus integrantes, onde cada um tem seu espaço e onde cada participante pode desenvolver seus direitos e deveres em função do bem

comum. Isto pelo simples fato de se tratar de um povo qualificado.

Este Povo é um povo especial por ser de Deus. Por isso este Povo é chamado, convocado e reunido para ser co-autor e participante da história. Na sua marcha tem funções e deveres libertadores a serem desempenhados no aqui e agora. É um Povo que possui objetivos, metas e alvos certos e definidos. Por isso, não se aliena, mas participa e se compromete com toda e cada uma das realidades. De-nuncia as injustiças, venham de onde vierem. Posiciona-se e instaura o Reino, inculturando-se na sua marcha para o definitivo.

Tudo isto é muito velho e ao mesmo tempo muito novo semelhante à mensagem do Cristo Libertador. É no Livro II do Novo Código que se pode encontrar um espaço maior para a Teologia da Libertação, especialmente na sua Eclesiologia. O Livro II nos adverte que a visão de comunhão e participação é fundamental para se entender e assimilar as mensagens codificadas, oriundas da Teologia do Vaticano II.